

A LUSOFONIA: NOVO TEMPO

A. Gomes da Costa

Estamos a viver, neste entardecer do século, dias importantes para os povos de Língua Portuguesa. E são importantes, primeiro, porque em alguns países estão em curso acontecimentos internos de mudança e de extraordinário significado político. Como é o caso do Brasil, onde foi implantado, com sucesso, um novo plano de estabilização monetária, que, tendo embora, pouco tempo de vida, já apresenta resultados inegáveis contra a inflação, enquanto se processam reformas estruturais de grande alcance, que vão desde a definição de um novo formato para o Estado, até às modificações no ordenamento fiscal, na orgânica da previdência, no campo da educação e da saúde, etc. — tudo para que este país chegue à virada do século como uma das maiores potências mundiais. Como é o caso de Angola, que, depois do cessar-fogo e das recentes negociações entre o MPLA e a UNITA, começa finalmente a haver pelo menos a esperança da paz e da reconciliação, depois de 20 anos de guerras e conflitos permanentes. Como é o caso de Moçambique, onde, depois das eleições do ano passado, abriram-se espaços para a pluralidade e a convivência dos dois movimentos que lutaram pelo poder desde 1975, sacrificando milhares de vidas e reduzindo o país a um nível de miséria e de sofrimento dos piores do mundo. Ou como é o caso, enfim, da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe, onde foram definidas situações político-partidárias que tendem a garantir melhores padrões de governabilidade.

Mas são dias importantes também porque, independentemente das mudanças domésticas em cada um dos Estados-membros da lusofonia, que apontam para um ciclo de paz, de desenvolvimento e de promoção social, temos a possibilidade de institucionalizar, uma Comunidade constituída por países geograficamente separados, que possuem a Língua, a História e muitas afinidades culturais a dar-lhe a base e o contorno.

Um primeiro sinal de que a lusofonia começa a ganhar no mundo outra dimensão foi dado, há pouco tempo, pela UNESCO ao adotar o português como língua de trabalho. Durante vários anos, envidaram-se esforços para que naquele organismo das Nações Unidas fosse utilizado, juntamente com o

Inglês, o Francês, o Espanhol., o Italiano, etc. também o vernáculo. Sempre se arrumavam motivos para o assunto ficar em suspenso. Mas, finalmente, graças sobretudo ao empenho e às diligências do Prof. José Augusto Seabra, primeiro, e depois do Emb. José Aparecido de Oliveira junto ao Secretário-Geral da UNESCO, Federico Mayor, esse objetivo foi atingido, o que não deixa de ser uma conquista de grande significado para os povos lusófonos.

No entanto, a institucionalização formal da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa já adiada por duas vezes será a iniciativa diplomática que virá assinalar a nova posição, no contexto internacional, desse bloco formado pelos 7 Estados onde se fala o idioma de Camões, e induzir novas formas de cooperação e de intercâmbio entre eles.

A União Européia, desde os passos iniciais, com a declaração de 9 de maio de 1950, quando o Ministro Robert Schuman afirmava que a Europa não se faria de uma vez, nem iria surgir como uma construção de conjunto, mas através de realizações concretas e progressivas, levou mais de 40 anos para chegar à engenharia do Tratado de Maastricht.

Pois, mesmo assim, poderíamos dizer que apesar dos indiscutíveis avanços para a integração e dos recursos fantásticos que foram mobilizados, a Europa dos “Doze”, ou a Europa dos “Quinze”, ou a “Europa do Atlântico aos Urais”, continua, e continuará, longe de ser a unidade que permeava o sonho de seus construtores.

É que pode ser relativamente fácil derrubar as barreiras alfandegárias para liberar a circulação dos produtos; podem ser colocados de parte os nacionalismos que noutros tempos causaram tantas guerras e confrontos; podem ser obtidos financiamentos para as infra-estruturas continentais; ou podem estabelecer-se consensos para acertar políticas comuns na agricultura, nas relações comerciais com outros países, no reconhecimento dos programas de ensino e na destinação de verbas para a pesquisa. No entanto, quando chega o momento de cruzar pontos críticos — como implantar a moeda única ou cercir uma política externa casada — aí é que se vêem os sinais de fragilidade da União Européia. A Inglaterra diz que moeda única e a política monetária ditada pelo Bundesbank não têm a sua concordância; e a França, quando chegou a hora de tomar uma posição conjunta na guerra do Golfo, roeu a corda e ficou comprometida com os fundamentalistas de Teerão.

Todavia, o mais difícil para que a UE se consolide e fortaleça em suas múltiplas vertentes não é o padrão monetário, nem são as diretrizes econômicas ou as divergências pontuais das chancelarias. O nó górdio está no dilema de cada país desistir de seus traços genéticos e individualizantes para se integrar na constelação européia. O idioma é, sem dúvida, a primeira força a puxar em sentido contrário. E depois com a Língua, vêm os “gens” e os “patterns” culturais, as matrizes da História, o cruzamento de etnias, as diferenças religiosas e assim por diante.

Um português pode partilhar com um sueco o consumo da manteiga holandesa, ou concordar em reduzir, para fazer a vontade ao governo e seguir as regras de Bruxelas, o plantio das videiras nas escarpas do Douro. Entretanto,

to, a sua experiência nos trópicos ao correr dos séculos, a sua epopéia e a diáspora pelas sete partidas do mundo, o seu contato e miscigenação com outros povos, vão fazer com que, em questões fundamentais da política externa do continente, a visão desse português não seja a mesma do nórdico.

Delimitar a zona dos eucaliptos, reduzir o grau de acidez do azeite, conviver com produtos e tecnologias, modas e gostos de fora, tudo é possível; mas já é mais complicado substituir ou mudar os valores formativos da identidade de um povo, uniformizar costumes e hábitos em língua estrangeira, ou assumir novas idiosincrasias em formatos históricos diferentes.

Ora, nesse corte, é que reside a grande vantagem da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. A UE, o NAFTA, os “tigres” do Pacífico ou quaisquer outros blocos poderão ter colchetes mais ou menos fortes a ligar os diversos Estados que os formam: colchetes relacionados com interesses econômicos e vantagens comparativas; colchetes impostos pelo determinismo geográfico; colchetes amarrados a interesses da política externa ou da estratégia do poder. Mas haverá sempre uma certa dose de artificialismo nesses conjuntos e o risco da transitoriedade. Por isso costuma-se dizer que a UE é como o casamento: bom, enquanto dura. O próprio MERCOSUL, onde já temos uma presença maior de elementos naturais e lastrear a integração dos quatro países latino americanos, certamente não possui aquilo a que José Craveirinha chama de “espaço de bula-bula fraternal”, como acontece, por exemplo, em relação à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Por muitos modos, poderia afirmar-se que, antes de ser, ela já existia: na Língua que falamos, na amizade que distribuímos, na convivência histórica que tivemos, nos valores que partilhamos, no passado comum e no futuro “a haver”.

É claro que se voltarmos atrás vamos notar que pecamos pela retórica sentimental em que nos perdemos. Reconhecemos a importância da construção, a convergência de rumos, a solidez dos alicerces, a gama dos interesses entrecruzados, mas ficamos nas declarações e no discurso, “Estivemos vivos, mas não vivemos”, como diria Cunha Rego. Contentamo-nos em namorar, sem a fecundação realizadora. E já deixamos que outros países saíssem na frente, em ações objetivas, quando certamente fomos os primeiros, pelas afinidades e pelos valores divididos, a ter a percepção de que existia o espaço da lusofonia, com componentes próprios de afirmação e de grandeza, com tudo, para ser uma das grandes forças do mundo já neste final do milênio e no próximo.

Desta vez temos de nos despojar do discurso e das declarações de circunstância, se quisermos efetivamente dar corpo a um projeto que está de alguma maneira atrasado no tempo. E podemos atuar de imediato em dois hemisférios: na concertação política e na cooperação.

No que se refere à primeira, existem dois campos abertos para agir: de um lado, a articulação dos sete países dentro dos organismos internacionais, para que a lusofonia ganhe peso e tenha voz; e, do outro, os encontros parlamentares e as reuniões periódicas dos membros dos governos para discutir propostas e planos de interesse comum.

No que tange à cooperação temos um elenco infindável de ações a desenvolver, desde o ensino à ajuda econômica, das tecnologias às experiências no setor da habitação, do livro ao campo diplomático. Nessa vertente, se considerarmos o estágio atual dos países africanos, as suas necessidades e os seus desafios, o Brasil e Portugal têm uma responsabilidade maior.

Angola e Moçambique, saindo dos estertores da guerra civil, com carências colossais em todos os domínios, inclusive naqueles que são essenciais à sobrevivência das próprias populações, são dois países que, sozinhos, não têm meios de proceder à própria reconstrução. E logo vão vivenciar um dilema dramático: se sentirem que dentro da Comunidade lusófona encontram apoio e ajuda para o seu crescimento econômico, para o progresso social, para a alfabetização das populações, para a construção de moradias, para a exploração dos recursos naturais, não tenhamos dúvida de que os governos de Luanda e do Maputo manterão os seus países no eixo da lusofonia. Entretanto, se sentirem que não há respostas adequadas para os anseios e as necessidades que os angustiam, acabarão por deslocar os vetores da política externa para outros meridianos de onde possam vir a tirar investimentos e auxílios financeiros. Sacrificam as matrizes generosas e boas da solidariedade lusófona por uma "realpolitik" que se traduza, ao fim das contas, no ingresso de "fundos".

Em escala menor, os dilemas são os mesmos na Guiné-Bissau, cercada por países francófonos e que, por várias vezes, já foi tentada a passar para a zona de influência de Paris.

É a hora, como no verso pessoano, de pensar e de fazer à grande.